

Dívida Externa Conversa Franca

Dois meses antes da posse, o presidente eleito Fernando Collor de Mello travou o primeiro contato com os banqueiros internacionais, representados pelo presidente do Citicorp, John Reed, e o coordenador do Comitê dos Bancos Credores, William Rhodes, do Citibank. Reed e Rhodes vinham de contatos com governos da América Latina (passaram por Buenos Aires para conversar com o presidente Carlos Menem e sua equipe) e aproveitaram a estada no Brasil, onde visitaram o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para um encontro com o futuro presidente.

Todo início de ano, os principais banqueiros internacionais visitam o Brasil. Como maior credor isolado do Brasil, é natural o interesse de John Reed em conhecer o que se desenha para o futuro do país onde sua filial é uma das cinco maiores organizações bancárias.

Devido à suspensão desde setembro do pagamento dos juros da dívida externa, cujos atrasos já montam a US\$ 3 bilhões, os bancos credores estão sendo forçados a lançar os créditos ao Brasil nas contas de provisão ou mesmo prejuízo. Por isso, foi solicitado ao ministro da Fazenda um "pagamento simbólico" de US\$ 230 milhões. O eventual pagamento pelo Brasil evitaria sérios problemas para os bancos credores, especialmente os americanos, que constituiram menos reservas para créditos aos países devedores do que os bancos canadenses, japoneses e europeus. O significado "simbólico" seria portanto inadequado.

A falta de perspectiva de rápida liberação dos créditos dos bancos e do Banco Mundial — retidos por inexistência de um acordo com o FMI — recomendam a manutenção da suspensão dos pagamentos, reafirmada pelo ministro. Até porque a situação cambial brasileira (devido à redução dos prazos e créditos ao comércio exterior) não é muito confortável.

Mas o encontro com o presidente Collor não deve ser encarado com emocionalismos, como se fosse uma cobrança prévia do contencioso da dívida ao futuro governo. O simples fato de que ele ocorreu no Brasil e que as posições dos dois lados

puderam ser expostas com franqueza já marca o início de uma nova era na renegociação da dívida.

Logo após sua eleição pelo Colégio Eleitoral, o presidente Tancredo Neves afirmou que não sacrificaria o povo brasileiro para pagar a dívida. O presidente Sarney adotou a mesma estratégia. E o presidente eleito reiterou diretamente a John Reed e a Rhodes que não sacrificará o crescimento econômico. Tancredo e o ministro da Fazenda que escolhera, Francisco Dornelles, evitaram conversar diretamente com o Comitê dos Credores. A vinda do presidente do Citicorp e do coordenador do Comitê ao Brasil é um sinal claro de que a legitimidade conquistada nas urnas pelo futuro governo impõe novos rumos à renegociação.

Do lado brasileiro, o presidente eleito tem dado demonstrações que não pretende repetir a velha farsa das cartas de intenção ao FMI prometendo a redução do déficit público. Quase oito cartas foram enviadas pelo Brasil nos dois últimos governos, desde a quebra do país em fins de 1982. Nenhuma foi cumprida. A perseguição da austeridade fiscal pelo futuro governo será a resposta clara às constantes cobranças de ajustamento interno feitas pela comunidade financeira internacional. Depois de saneada a economia, o Brasil terá reais condições de legitimidade para exigir novos termos para a renegociação.

O Brasil precisa abrir e internacionalizar sua economia para não ficar fora do novo cenário de integração econômica dos blocos e países. Necesita para isso retomar os contatos com a comunidade financeira que intermedia o comércio e os investimentos internacionais.

Uma economia saneada, e mais acessível ao fluxo do comércio e dos investimentos internacionais, é meio caminho andado para o indispensável alívio do peso do serviço da dívida, através do abatimento do valor da dívida e da redução dos juros (nos termos do Plano Brady aplicado ao México) e dos mecanismos de mercado, mediante a conversão de dívida em novos investimentos no país.